

# O ATUAL CONTEXTO E A TEORIA ECONÔMICA

Samuel Costa Filho\*

O atual contexto histórico-institucional financeiro - em que existe desintermediação bancária, securitização, lançamento de título de dívida pública direta, títulos de propriedade e derivativos, globalização financeira, etc - torna oportuno a questão da validade e contemporaneidade dos três principais paradigmas da teoria econômica.

Estamos a perceber que as tendências internacionais do sistema financeiro com: 1) a desintermediação financeira e crescimento do processo de securitização; 2) o papel crescente dos investidores institucionais; 3) a generalização do banco universal ou múltiplo; 4) a proliferação dos produtos derivativos; e, 5) a tendência à globalização financeira; vem caracterizar a transição de uma economia de endividamento para uma economia de mercado de capitais.

O atual ciclo de crédito diz respeito a um determinante exógeno do ciclo de preços dos ativos, de forma relativamente autônoma frente aos ciclos de negócios, provocando ciclos especulativos, alavancados pelo crédito bancário, e podendo até causar crises bancárias.

O movimento de capitais está se deslocando dos empréstimos e financiamentos dos investimentos diretos para os de risco ou de portfólio. Além do que os recursos externos vêm através do mercado de capitais para explorar ganhos de arbitragem a curto e médio prazo, entre os vários mercados internacionais. Os operadores nesse mercado se caracterizam por atitudes fundamentalistas (se baseiam em fundamentos supostamente estáveis, tais como a paridade do poder de compra e taxa de juros) ou atitude chartistas (que reagem a rumores e procuram realizar lucros especulativos a curtíssimo prazo). A crescente maioria de tais operadores é crescentemente ressaltada.

A ascensão das finanças especulativas na economia capitalista contemporânea é cada vez mais crescente. Impulsionadas pelas violentas transformações tecnológicas e financeiras ocorridas recentemente, permitiram uma interconexão de lugar e tempo das principais praças financeiras.

No que diz respeito a teoria ortodoxa, essa não reserva espaço para o estudo da especulação. Os neoclássicos partem do pressuposto de que os agentes econômicos são racionais e dispõem de todas as informações para poder tomar sempre as melhores decisões, consideradas "otimizadoras". Pressupõem que os resultados dos mecanismos de mercado como sendo sempre os melhores e se opõem a que agentes "de fora" (governo) interfiram neles.

Acontece que, na verdade, suas teorias têm fraca ou nenhuma validade na explicação e compreensão da atual dinâmica das economias capitalista. Diante dessa realidade de crise dos mercados financeiros, seus adeptos sempre encontram justificativas para a fragilidade de suas premissas.

Os analistas mais badalados da finança globalizada parecem espantados com o caráter privado da crise atual. Como mercados privados são "eficientes" e portanto, os agentes usam de forma adequada a informação disponível e decidem racionalmente, os episódios de descontrole financeiro deste porte só podem ser explicados por desmandos dos governos.

O paradigma do Equilíbrio realiza a defesa de uma ordem equilibrada, estável e ótima, através do poder coordenador e soberano do mercado, ou seja, pretende demonstrar a superioridade do mercado para a sociedade.

Ocorre que os mercados atuais são intrinsecamente especulativos, com a especulação não sendo nem estabilizadora e nem auto-correctiva.

Essa tendência frequentemente dá origem a processos auto-referenciais, instáveis e desgarrados dos "fundamentos".

Consequentemente, a procura em demonstrar a estabilidade na teoria do equilíbrio objetiva apresentar a superioridade do mercado. Todavia, o mercado não é necessariamente uma instância auto-reguladora e, por isso, o equilíbrio não deve ser a noção central da teoria econômica.

Analisando o paradigma da dinâmica contraditória, constatamos que, a crítica do capitalismo realizada por Karl Marx, permanece atual neste final de século XX. Todavia, "*a ideologia conservadora e a teoria econômica vulgar querem fazer crer que as idéias de Marx estão mortas. Num ato de ultraje à inteligência teórica apregoam que a desapareição do "socialismo real" e a globalização capitalista são demonstração da superação do pensamento crítico. Noutra extremo, a exegese e o formalismo de marxistas desavisados produzem a mesma devastação ao serem incapazes de uma atualização temporal e espacial das categorias de Marx*" (Braga, 1996).

Entretanto, as evidências históricas da contemporaneidade da teoria econômica de Marx podem ser explicitadas de diversas maneiras. Convém citar dois pontos fundamentais: 1) a sua lei geral da acumulação capitalista continua mais presente do que nunca, e assim explica a questão do crescente desemprego (a acumulação de capital torna crescentemente desnecessário o emprego da força de trabalho no capitalismo atual); e 2) a crescente criação de capital e de riqueza fictícia em escala mundial, ou seja, fenômeno classificado como "globalização financeira".

Sobre a contemporaneidade da teoria de Marx, o "regius professor" de história da Universidade de Cambridge, o britânico Quentin Skinner (1998:6) que se diz não-marxista, afirma o seguinte: "... nunca certas previsões do marxismo pareceram mais verdadeiras do que hoje; o que não deixa de ser bastante irônico, se considerarmos que isso se dá no momento em que o marxismo está descreditado como filosofia social. Marx não estava, obviamente, pensando em escala global, mas o relacionamento do Primeiro Mundo -, com os ricos ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres -, exatamente pelos problemas de exploração do capital que apontou, é um desafio cada vez mais sério para o novo milênio".

Porém, "a leitura de Marx, como de outros grandes autores não deve se transformar em academicismo e fundamentalismo. O que importa é apreender o modo de pensar, mover-se historicamente, repensar as categorias no tempo e no espaço, e então fazer as perguntas relevantes sobre o capitalismo contemporâneo e encaminhar soluções" (Braga, 1996).

Por fim, a teoria da instabilidade de Keynes. Essa teoria explica o funcionamento da economia de tal forma que:

"a) o lucro macroeconômico é resultado de decisão de gasto do conjunto da classe capitalista na produção de bens de investimento; b) o crescimento dos lucros depende do que os capitalistas (ou alguém por eles) decidam gastar acima de sua renda corrente (lucros correntes); c) a aceleração da taxa de investimento que induz o crescimento dos lucros e da renda é um fenômeno de desequilíbrio entre a decisão de gasto presente e capacidade de financiamento através dos lucros derivados das decisões anteriores de gasto; d) a condição para o crescimento da economia capitalista é que os capitalistas estejam, em conjunto, permanentemente em "déficit corrente" para gerar os lucros amanhã; e) assim, o endividamento é um fenômeno inerente à

acumulação capitalista" (Belluzzo & Almeida, 1989).

A teoria de Keynes apresenta diversos aspectos relevantes para entendimento da atual dinâmica financeira das economias capitalistas. Dentre eles convém citar a questão da incerteza, a formação das expectativas pelos agentes econômicos, especulação, a preferência pela liquidez (ativos mais líquidos) diante de um futuro incerto e desconhecido, suas inter-relações e o impacto na instabilidade e fragilidade dessas economias.

A obra de Keynes se apresenta atual e serve de guia para a compreensão da especulação e da instabilidade financeira. Contudo, seu trabalho exige adaptações no nível analítico que dêem conta da nova realidade histórica.

Minsky procurou desenvolver aspectos da instabilidade e do financiamento das economias capitalistas, e que também nos ajuda a entender o caráter especulativo do mundo atual. A hipótese da "instabilidade financeira de Minsky diz respeito a uma economia de crédito. Como teoria pura, apresentou um importante avanço na explicação da instabilidade financeira, e seu impacto no ciclo de investimento produtivo.

Diferente da crença ortodoxa, que afirma que os mercados são perfeitos e tendem para posições ótimas de equilíbrio, Minsky aponta as deficiências endógenas e a instabilidade. Sua teoria é um excelente ataque à dicotomia clássica do mainstream entre o setor real e monetário, ressaltando os elementos negativos da circulação financeira. Complementa as idéias de Keynes ao focar o financiamento dos investimentos.

No que diz respeito à teoria aplicada e a ação de política econômica, enfatiza a importância da política monetária (acomodatícia na proposta de Minsky) para uma economia capitalista de produção, ressaltando o papel do Banco Central como prestador de última instância.

Embora Minsky não descarte a especulação, ela não é o movimento principal. O crescimento

dos preços dos ativos em relação aos preços de produção (que Minsky acredita ser positivo para o processo de acumulação) está, hoje em dia, ligado a ciclos especulativos alavancados por créditos bancários, conduzindo na maioria das vezes às crises bancárias.

Os pós keynesianos enfatizaram a característica que fundamenta uma economia monetária de produção para melhor entendimento da realidade do sistema capitalista. Segundo Sidnei Coutinho Aguiar (1996:89/90), a economia monetária de produção tem as seguintes características:

"a) uma economia em que os processos de produção objetivam lucros monetários esperados (no futuro); b) a realização desses contratos no futuro é incerta devido, entre outras razões, ao comportamento imprevisível do mercado; c) os contratos monetários são característicos dessas economias, por reduzirem, sem eliminar, o grau de incerteza; d) a moeda além de meio de troca tem a propriedade de liquidez absoluta; e) e as deficiências de demanda efetiva podem ocorrer nessas economias devido à moeda ser preferida como reserva de valor, no lugar de outras formas reprodutíveis de riqueza; f) e as decisões econômicas relevantes dessas economias (como produzir e investir) têm como base a formação de expectativas empresariais num ambiente de incerteza".

A existência de incerteza, característica do mundo capitalista atualmente, torna crucial o processo de formação de expectativas pelos empresários no que diz respeito ao comportamento dos negócios (decisão de investimento, investimento afetivo e os retornos futuros).

Diante do exposto, acreditamos que as teorias heterodoxas são válidas e superiores as defendidas pelo mainstream, que não reserva espaço para o estudo do desequilíbrio, da especulação e da incerteza, embora o pensamento heterodoxo perca um pouco da atualidade em virtude das complexas e rápidas mudanças que estão ocorrendo na economia mundial.

Porém, mesmo com a superioridade do paradigma da instabilidade e paradigma da dinâmica contraditória, esses necessitam de alguma atualização para conseguir explicar a dinâmica financeira das atuais economias capitalistas. Diferentemente da afirmação dos economistas do mainstream, o sistema capitalista de mercado necessita de rédeas e amarras para funcionar a contento. O período dos Trinta Anos Gloriosos, que representou e apresentou o período de mais elevada taxa de crescimento no capitalismo, somente foi possível e viabilizado pelas regras e amarras no mercado realizadas pela intervenção do Estado.

Em economia, diferentemente do que apregoa a ortodoxia, nenhuma teoria é definitiva. A mudança sistêmica exige a elaboração de novas concepções de políticas públicas. Mas como frequentemente ocorreu no passado, o economista e o tomador de decisões públicas estão hoje atrasados em relação à realidade econômica e financeira.

A crise atual do capitalismo coloca a marcha indiscriminada do liberalismo de mercado em xeque. No período posterior a queda do comunismo comandado pela União Soviética, assistimos aos Estados Unidos da América refazer a economia mundial à sua própria imagem e semelhança. Porém, os bastiões desse novo liberalismo (México e Países Asiáticos, ou seja, os chamados países emergentes) e até, a Rússia e o Japão, estão mostrando as fraquezas e falhas próprias desse sistema.

No momento em que no mundo globalizado, não apenas o capital mas também as idéias viajam a velocidades alucinantes, a crise financeira em certas partes do mundo tem servido, "simplesmente, para sublinhar o fato de que a teoria sobre os benefícios líquidos da globalização pela via do mercado em bens e capital, tem pouco ou nenhum respaldo teórico. Como ocorre com todas as ideologias, era fé desfilando como ciência" (Bello apud Rossi, 1998:10) ●

\* Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Economia/UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN e Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP

# QUESTÃO NORDESTE CONSTRUÇÃO

SAMUEL COSTA FILHO\*

O desenvolvimento econômico, uma das preocupações dos primeiros economistas clássicos somente voltou ao debate econômico após a Segunda Guerra Mundial em meio a chamada Guerra Fria entre o Leste e Oeste.

A supremacia Keynesiana ao enfraquecer a ideologia liberal produziu a descrença nos mecanismos de mercado para resolução do problema do subdesenvolvimento e das regiões atrasadas.

Nos anos 50 surgiu na América Latina a Teoria Econômica da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), com uma abordagem alternativa para explicar o atraso dos países desse continente. A CEPAL propôs, ainda, formas de superá-lo. Opondo-se ao liberalismo neoclássico, Raul Prebisch e teóricos da CEPAL construíram uma interpretação original de desenvolvimento para os países latino americanos.

O pensamento Cepalino colocava que, se as economias ditas periféricas continuassem presas ao livre jogo das forças de mercado nunca deixariam de ser subdesenvolvidas, agrárias, voltadas para o mercado externo, e com crescentes problemas de balanço de pagamentos.

Para sair da situação de atraso e subdesenvolvimento, a CEPAL defendeu que os países latino americanos teriam que implementar uma política deliberada de desenvolvimento industrial, promover uma reforma agrária, melhorar a alocação de recursos produtivos e impedir a evasão da produtividade. Tratava-se de promover uma industrialização voltada para o mercado interno.

O Brasil, que a partir dos anos 30 instalou as bases de uma economia urbano-industrial, chegou no fim dos anos 60 com sua economia comandada pelo setor industrial. As idéias Cepalinas influenciaram diretamente esse comportamento. O Estado desenvolvimentista foi o grande pelo desempenho favorável da economia. No curto espaço de tempo - 1930/1980 - o Brasil passou de um país primário-exportador dependente de um só produto (café), para constituição de um parque industrial que chegou a ser o oitavo ou nono do planeta. (Tudo em benefício de uma fração reduzida de sua população).

A atuação do Estado estimulando o desenvolvimento industrial também se fez presente na Região Nordeste.

Entre o período de 1960/1980, o efeito e ação do Estado com suas políticas públicas e incentivos fiscais, ajudou a integrar a região Nordeste na dinâmica e lógica da economia nacional.

Como bem salientou Araújo (1997:454): "No global, nas décadas dos 1960, 1970 e 1980, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no país. Vários estudos recentes confirmam esse comportamento. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento médio em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano)".

Ocorre que todo esse crescimento e integração econômica não homogeneizou a estrutura produtiva da região Nordeste e das demais regiões do Brasil. Hoje em dia são claras as falhas e deficiências na execução e implementação da política de desenvolvimento.

As mudanças no cenário internacional, a globalização e a ideologia liberal que está atualmente impregnando a política econômica do governo tenta convencer a todos que estamos frente a um novo padrão de crescimento econômico no Brasil. Segundo esta ideologia ora em voga, essa nova fase do capitalismo prescinde das ideologias (capitalismo X socialismo/comunismo), e não necessita da participação ativa do Estado nas atividades econômicas.

Desde o início da crise da dívida externa nos anos 80 que o Estado Brasileiro não formulou, executou e/ou implementou qualquer política de desenvolvimento. Hoje a "onda neoliberal", o processo de globalização e a formação de uma nova ordem internacional tem mantido e recolocado a solução de mercado como o melhor caminho a ser seguido pela economia brasileira.

A política econômica atualmente é declaradamente favorável às iniciativas e operações de empreendimentos privados nacionais e, principalmente, estrangeiros considerados essenciais ao nosso desenvolvimento. Assim, assiste-se a uma abertura comercial e integração produtiva comandada essencialmente pelo mercado internacional.